



**Serviço Público Federal
Universidade Federal Fluminense
Mestrado em Direito Constitucional**

**Ata da reunião ordinária do
Programa de Pós-Graduação em
Direito Constitucional da Faculdade
de Direito da Universidade Federal
Fluminense.**

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de 2015, teve início a reunião ordinária do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, presidida pelo Prof. Enzo Bello, coordenador, com a presença também dos docentes Carlos Magno Spricigo, Celia Abreu, Clarissa Brandão, Eduardo Manuel Val, Gustavo Sampaio, Helena Elias, João Paulo Martinelli, Pedro Avzaradel e dos discentes Kelly Felix e Bernardo Xavier. O professor Enzo fez a leitura da pauta: 1) Homologação de relatórios de estágio docência; 2) Informes sobre o Seminário de Acompanhamento da Área de Direito da CAPES; 3) Informes gerais. No primeiro ponto de pauta, homologação de relatórios de estágio docência, houve apresentação pelo coordenador, prof. Enzo, sobre as fichas de avaliação de estágio docente referentes ao primeiro semestre de 2015 e alguns de 2014. As fichas dos estágios já realizados foram aprovadas por unanimidade pelo colegiado, quais sejam, Ana Beatriz Oliveira Reis, Antonio Pedro C.P. Soares, Bianca N. R. Corrêa, Fernando Guilherme de O. Guimarães, Joyce Abreu de Lira, Juliana Pessoa Mulatinho, Juliane dos Santos R. Souza, Kelly Ribeiro Feliz de Souza, Laíze Gabriela B. Pinheiro, Leonardo Campos P. de Santana, Marcela M.de Oliveira e Silva, Marilha Gabriela R. Garau, Natalia Silveira Alves, Pedro Paulo Carneiro Gasparri, Pietro do Valle M. Rezende, Raisia Duarte da Silva Ribeiro, Solano Antonius de Sousa Santos, Tayssa Botelho dos Santos e Wingler Alves Pereira. As fichas apresentadas foram aprovadas por unanimidade. Os

estágios não realizados ainda serão apreciados assim que concluídos. No segundo ponto de pauta, informes sobre o Seminário de Acompanhamento da Área de Direito da CAPES, o prof. Enzo expôs relato sobre a reunião da qual participou na sede da CAPES, em Brasília, nos dias 20 e 21 de agosto, ressaltando os problemas no PPGDC em termos de avaliação e pedindo a colaboração de todos os docentes com a gestão da coordenação, por se tratar de medida que trará benefícios para todos, em especial na atualização dos currículos dos professores na Plataforma Lattes, na entrega à coordenação das vias físicas dos livros autorais e organizados publicados em 2013 e 2014. O prof. Enzo apresentou, minuciosamente, item por item, os critérios de avaliação a serem utilizados pelo Comitê da Área de Direito na CAPES quando da próxima avaliação TRIENAL, a ocorrer em 2017, abrangendo os anos de 2013 a 2016. O prof. Marcus Fabiano pediu a palavra e criticou os critérios de avaliação, sobretudo quanto às pontuações atribuídas a publicações, o que considera um “produtivismo” descabido. A profa. Helena também criticou os critérios e sinalizou a importância de se propor alternativas, mas sem deixar de observar o que se cobra atualmente. O prof. Enzo concordou e salientou que as regras não mudarão para a próxima avaliação quadrienal. A profa. Celia perguntou se existem critérios objetivos para a avaliação. O prof. Enzo esclareceu que sim, constam no documento de área e nas fichas de avaliação, todos disponíveis no portal da CAPES na internet. O Prof. Eduardo ressaltou a importância de o Colegiado elaborar, com brevidade, as normas que valerão para o próximo credenciamento docente no PPGDC, de modo que todos possam se programar com antecedência acerca das ações que deverão desenvolver. O prof. Enzo concordou. A profa. Clarissa frisou a importância de todos os docentes realizarem mapeamento de fontes de fomento e sugeriu a criação de políticas de auxílio financeiro, por exemplo, para a obtenção do DOI – *Digital Object Identifier System*. Informou que está aberto o edital de humanidades da FAPERJ, voltado à compra de livros e equipamentos. Nesse momento, a profa. Helena se retira. O Prof. Enzo indicou com um dos poucos itens pendentes de acerto na estrutura do PPGDC para a obtenção de um conceito elevado na próxima avaliação da CAPES envolve a reforma das linhas de pesquisas do Programa. Pelo que se discutiu na reunião em Brasília, a tarefa é mais simples do que se imaginava outrora: a estratégia indicada pela coordenação de área consiste em se identificar grupos de professores com aderência temática e interlocução, para então se espelhar esses temas em novas linhas. De acordo com

os itens 1.1 e 1.2 da ficha de avaliação, deve haver uma articulação com clareza na explicação da área de concentração e a ligação com linhas de pesquisas do Programa, para se gerar compreensão para os consultores das razões das alterações nas linhas de pesquisas, que devem decorrer de uma natural modificação do corpo docente e dos objetos de pesquisa e interesses dos professores pesquisadores. É importante, ainda, importante ajustar a linha de pesquisa com a produção bibliográfica dos docentes e seus orientandos. O prof. Enzo destacou, ainda, que a coordenação de área, comentando o item 2.2 da ficha de avaliação, afirmou que “quem não tem produção não pode ser docente permanente nos termos da atual normativa da CAPES; se não publica e/ou orienta, qual contribuição dá ao programa?”. No item 4. da ficha de avaliação, produção intelectual, tem-se os subitens (a) 4.1., publicações qualificadas do Programa por docente permanente, no qual afere-se a média de itens e pontos por docente permanente/ano; e (b) 4.2. distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente do programa, em que se verifica homogeneidade entre os docentes; a mediana é gerada pela produção geral da área; objetivo é não desestimular os mais produtivos, mas tirar os docentes parados do conforto. Nesse sentido, afere-se faixas de pontuações se 75% dos permanentes publicaram, nos seguintes termos: muito bom: (≥ 500) no quadriênio = 125 pontos p/ano; bom: 124 e 70 pontos por ano; regular: 69 e 40 pontos por ano; fraco: 39 e 5 pontos por ano; deficiente: ≤ 5 pontos por ano. Registra-se que esta é o quesito determinante para os Programas obterem elevação de conceito na avaliação quadrienal, sendo crucial atingir o patamar da faixa de “muito bom”. O prof. Enzo apontou como os principais problemas da área de Direito, que ocorrem também no PPGDC, os seguintes: não lançamento das produções pelos professores e alunos em seus currículos Lattes; preenchimento incorreto de dados, o que gera distorções; e a não entrega das vias físicas das produções bibliográficas à coordenação. O prof. Gustavo realizou críticas aos critérios de avaliação, especialmente no quesito produção bibliográfica, pois não valorizam livros como manuais e impõem regras de conduta que entende. Considera que a CAPES se tornou uma “agência reguladora da produção intelectual”. O prof. Marcus Fabiano afirmou que houve uma transposição de patamares das áreas duras para o Direito de modo acrítico e propôs a realização de seminário de epistemologia para os membros do PPGDC discutirem as bases do conhecimento produzido atualmente na pós-graduação. O prof. Enzo concordou com a proposta e anunciou apoio da

coordenação à realização do evento, que ficará sob a responsabilidade do prof. Marcus. O prof. Gustavo sufragou a preocupação do gestor, salientando que o coordenador, Prof. Enzo, quer dar sobrevida a este Programa de mestrado. Considerou que as duas questões não são prejudiciais, mas parelhas, de modo que é preciso cumprir a pontuação e alcançar o resultado: “se não cumprirmos hoje as determinações da CAPES, por mais ilegítimas que sejam, não teremos autoridade para debater esses temas no futuro”. O prof. Carlos Magno afirmou estar contemplado pela fala do prof. Gustavo, frisando que “o desafio é fazer as duas coisas, a sobrevivência do Programa está em jogo; todos devem adquirir a consciência sobre a produção”. No último ponto de pauta, informes gerais, o prof. Carlos Magno comunicou que o livro organizado em parceria com a UNISINOS foi impresso e a editora pediu os endereços dos professores que colaboraram para envio dos seus respectivos exemplares. Nesse momento, o prof. Gustavo se retira. A profa. Celia pede registro para que o plano de aplicação de recursos seja apresentado pela coordenação como dever de transparência, de acordo com o art. 5, II, do Regimento Interno, e o art. 26, V, da Resolução 2/2010 PROPI. Em seu entendimento, iguala a administração atual e anterior e almeja evitar desgaste de tempo e energia. O prof. Pedro pediu a palavra e afirmou que teve entendimento de que a coordenação falou expressamente que a prioridade é alocar recursos na publicação de livros coletivos dos professores e alunos, em detrimento do custeio de participações em eventos. Nesse sentido, na reunião ordinária de 15 de abril de 2015, foi aprovado, por unanimidade, o plano de publicações do PPGDC para 2015, que envolve a utilização de R\$ 20.000,00 da verba oriunda do PROAP, ficando restante sob o crivo da coordenação para aplicação em despesas com viagens para participação de estudantes e professores em eventos acadêmicos. A representante discente Kelly Felix endossou a fala do Prof. Pedro e asseverou que a questão já foi materialmente apreciada pelo Colegiado na referida reunião de abril. O prof. Enzo prestou esclarecimentos sobre o procedimento financeiro, demonstrando que materialmente está atendida a solicitação da profa. Celia. Afirmou que, em razão da situação econômica do país, a verba oriunda do PROAP – CAPES era de valor incerto para o exercício de 2015 e somente foi conhecida e liberada no mês de abril. Por tal motivo, não era possível elaborar provisão de despesas até então. Na reunião ordinária de 15 de abril de 2015 foi abordado ponto de pauta específico sobre a “Política de publicações (2015/2016)”. Na referida reunião estavam presentes

as seguintes pessoas: Professor Eduardo Manuel Val, Professora Célia Barbosa Abreu, Professora Monica Paraguassú, Professor João Paulo Martinelli, Professor André Saddy, Representante discente Kelly Ribeiro Felix de Souza, Representante discente Mateus Meott Silvestre, e discentes Mariana Netto, Mariane Vargas, Fernando Henrique, José Luis Tavares e Thiago Bastos. Na mencionada reunião, o professor André Saddy apresentou planejamento visando a estimular os professores que pouco publicam a terem um espaço garantido para viabilizar suas produções bibliográficas, além de incentivar os alunos a publicarem suas dissertações, o que geraria benefícios para o Programa como um todo. Foram projetadas até dez obras, cujos projetos de elaboração deveriam ser apresentados por todos os interessados, totalizando valor aproximado de R\$ 20.000,00, a serem custeados pelo PPGDC a partir de verba do PROAP, que possui rubrica para tal. Como o total de verba do PROAP geralmente é de R\$ 25.000,00 por ano, ficou consensuado por todos os presentes que a diferença poderia ser empregada pela coordenação, de preferência com despesas para viagens visando à participação de docentes e discentes em eventos acadêmicos, além de gastos com material de escritório para a secretaria do PPGDC. Registra-se que a Profa. Celia está entre os docentes que apresentaram projetos de publicação e poderão fazer uso dessa verba. Portanto, não há falta de transparência, na medida em que a própria profa. Celia participou da reunião em que se provisionou os recursos e ainda apresentou projeto para fazer uso de parte dessa verba. Por fim, o prof. Enzo afirmou que a gestão anterior jamais apresentou qualquer plano de aplicação de recursos, nem realizou prestação de contas, tendo, inclusive, adquirido um aparelho de microondas e gerenciado os gastos do programa de modo subjetivo, pois não havia balizas normativas a orientar a atuação da coordenação, o que somente foi elaborado na atual gestão. Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião, da qual é extraída a presente ata, assinada pelo Coordenador do Programa, Prof. Enzo Bello.

ASSINADO NO ORIGINAL

**PROF. DR. ENZO BELLO
(Coordenador do PPGDC)**